

DA GUERRA AO TERROR À PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA: A CRIAÇÃO DO AFRICOM E A SUA LÓGICA

*FROM THE GLOBAL WAR ON TERROR TO THE CHINESE PRESENCE IN AFRICA:
THE CREATION OF AFRICOM AND ITS LOGIC. HE BRAZILIAN*

João Paulo de Moura Alves¹

RESUMO

Em uma situação propícia para a sua expansão de poder, os Estados Unidos embezaram, a partir do fim da Guerra Fria, em uma política de aumento de sua presença ao redor do globo. A sua posição de potência incontestável foi, no entanto, pouco duradoura. Novos polos de poder emergiram e passaram a ameaçar os seus interesses econômicos e políticos em diversas regiões. Nesse sentido, cabe compreender como a África se encaixa nesse status de foco de disputa entre potências mundiais e como os Estados Unidos estruturaram sua política externa africana. Dada a necessidade de garantir a sua segurança energética frente à expansão chinesa na economia mundial, é pertinente a análise de um aspecto pontual da inserção estadunidense na África: o recente empreendimento do AFRICOM e seus significados para a conjuntura internacional.

PALAVRAS-CHAVE: AFRICOM; África; Estados Unidos.

ABSTRACT

In a situation favorable to its power expansion, the United States engaged, since the end of the Cold War, in a policy towards increasing its presence around the world. Its position of undisputed power, however, lasted for little time. New power poles emerged and started to threaten the U.S. economic and political interests in many regions. In that sense, it is important to understand how Africa fits in this scenario of power struggle between countries, and how has the United States structured its African foreign policy. Given the need to assure its energetic security in view of the Chinese expansion in the world economy, it is relevant to analyze a punctual aspect of the U.S. attention to Africa: the recent enterprise of the creation of AFRICOM and its impacts on the international conjuncture.

KEYWORDS: AFRICOM; Africa; United States.

¹ Estudante de graduação em Relações Internacionais na UFRGS. Email: joaop.ma22@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a versar sobre a política externa dos Estados Unidos para a África, focando-se principalmente nos seus aspectos securitários durante o período da Administração de George W. Bush, de 2001 a 2009. A partir desse objetivo geral, propõe-se a investigar o que a criação de um Comando Unificado Combatente específico para a África representa na atual conjuntura internacional. Para tal, dividimos o trabalho em três partes: (1) as motivações por trás da criação do Comando; (2) a lógica de funcionamento e as contradições do AFRICOM; (3) a presença Chinesa no continente como contraponto à influência estadunidense.

A primeira seção objetiva apontar quais são os principais ímpetus que levaram os Estados Unidos a novamente criar uma estratégia para a África no início do século XXI, após o fim da Guerra Fria. A partir da percepção da importância do continente para a sua segurança – principalmente energética – os Estados Unidos passaram a organizar iniciativas que vinculassem a África ao seu espaço de influência. Partindo do pressuposto de que o fator primordial que levou os Estados Unidos a voltarem a sua atenção ao continente foi a necessidade de assegurar o acesso a fontes de petróleo, cabe mostrar de que forma a Guerra Global ao Terror foi utilizada como um instrumento para militarização do continente na tentativa de satisfação dessa necessidade.

A segunda seção tenta inicialmente explicar a lógica por trás do funcionamento do AFRICOM, mostrando a o que ele oficialmente se propõe e como deveria funcionar, para depois mostrar as contradições de sua execução. O AFRICOM, nesse sentido, é entendido como marco do novo engajamento estadunidense no continente africano, ao concretizar o estabelecimento de um comando militar específico para a África. Porém, a despeito da retórica do Comando e da suposta estratégia norte-americana de colaborar com a África para o fortalecimento das capacidades estatais dos países e do advento da democracia, as práticas estadunidenses evidenciam puramente a defesa de seus interesses estratégicos.

A terceira seção, por fim, se propõe a mostrar como a presença chinesa na África vem crescendo desde o início do século XXI, e a forma como os Estados Unidos enxergam esse fenômeno. Dessa maneira, busca-se avaliar em que medida a política africana chinesa difere

da norte-americana, e de que forma essa se mostraria como uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos no continente. Compreende-se, por fim, que a presença chinesa no continente africano pode vir a ser uma ameaça à segurança dos EUA uma vez que tem posto em risco o acesso a um ponto geoestratégico vital para o interesse de Washington – o Golfo da Guiné.

O NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL E OS EUA NA ÁFRICA

Frente aos atuais interesses norte-americanos de afirmarem sua presença e influência no continente africano, busca-se aqui compreender quais foram os ímpetus que levaram o país a elaborar uma nova estratégia para o seu engajamento na África no século XXI. Desse objetivo, deriva a hipótese de que o fator que levou os Estados Unidos a, mais uma vez, voltarem sua atenção para o continente foi, grosso modo, a necessidade de encontrar e assegurar o acesso a fontes de petróleo alternativas ao Oriente Médio. Assim, busca-se investigar, nesta seção, a forma como os Estados Unidos, em uma conjuntura que favoreceu a sua projeção de poder, instrumentalizaram a chamada Guerra Global ao Terror na busca desse objetivo.

Logo após o término da Guerra Fria, a Administração Clinton foi responsável pelo aprimoramento de uma nova Grande Estratégia para a política externa norte-americana, formulada durante o fim do governo de George H. Bush. Os Estados Unidos, não mais em um contexto mundial de bipolaridade, desenvolveram e seguiram a chamada política de ‘dominação global’, buscando a manutenção da primazia estadunidense nas relações internacionais. Nessa situação, os EUA, com o seu poder extraordinário frente aos demais países, tentaram liderar um mundo unipolar enquanto levavam a democracia para as nações ‘menos desenvolvidas’. O país, segundo essa doutrina, deveria ser o responsável por, sem constrangimentos, ditar as ordens do sistema mundial e estar pronto para fazê-las serem cumpridas, além de ter a responsabilidade de interferir nos assuntos internos dos demais Estados (MEARSHEIMER, 2011).

George W. Bush deu continuidade a essa estratégia global, aproveitando-se dos eventos de 11 de setembro de 2001 para legitimar uma política externa ainda mais agressiva. A sua vertente de ‘dominação global’, formu-

lada pelos chamados neoconservadores, mostrava que os Estados Unidos poderiam contar profundamente com seu aparato militar para lidar com os assuntos que lhes interessassem em todo o planeta. Partindo desse pressuposto e a fim de legitimá-lo, declararam a chamada Guerra Global ao Terror (GWOT) (MEARSHEIMER, 2011). Assim, sendo o terrorismo uma ameaça transnacional, o país passou a considerar o mundo todo como um cenário unificado para possíveis operações militares, acentuando sua presença e infraestrutura militar em todo o globo (HÖRING; WEBER; CLOSS, 2014).

A Guerra Global ao Terror dos EUA iniciou com a missão de buscar e destruir os centros de comando do grupo terrorista conhecido como *Al-Qaeda*, provável responsável pelos atentados em Nova York. Em 2001, as forças armadas dos Estados Unidos invadiram o Afeganistão, país governado pelos Talibãs e que supostamente apoiava a rede terrorista. A *Al-Qaeda* logo sucumbiu e perdeu seu abrigo pela força da invasão, mas não foi totalmente destruída. A organização dispersou-se por diversas regiões do Oriente Médio, desde o Paquistão, até a Síria e a África (ROBERTO; MELOS, 2014). A esta última região, os Estados Unidos têm dado atenção inédita desde o início dos anos 2000, tendo em vista a crescente importância estratégica do continente.

Com a dispersão da ameaça terrorista para outros locais, a política externa de Washington encontrou justificativa para exercer sua estratégia de dominação de forma mais abrangente. Entre 2002-2003, o governo norte-americano deu início a tentativas de fabricar ameaças terroristas na região do norte africano e do Saara-Sahel, a fim de legitimar a aplicação da GWOT também nessas áreas (KEENAN, 2013). O primeiro projeto para a região surgiu com a formulação da chamada Iniciativa Pan-Sahel (PSI) de 2002, a qual compunha uma rede de cooperação entre os Estados Unidos e países como Chade, Mauritânia, Níger e Mali para o envio de equipamentos e pessoas com o objetivo de controlar fronteiras e garantir a segurança desses Estados frente à ameaça terrorista. O programa, no entanto, não tinha grandes pretensões nem grandes dimensões (COPSON, 2007).

Logo, a PSI deu lugar a uma outra tentativa de organizar a luta contra o terror no Saara-Sahel, a chamada Iniciativa Trans-Saara de Combate ao Terrorismo, de 2005. O novo programa agora apresentava uma envergadura financeira muito maior, mas tinha o objetivo

oficial semelhante de melhorar as capacidades de segurança dos países da região, incluindo também Nigéria e Senegal (HANSON; U.S. AFRICA COMMAND, 2007). Apesar de ser um programa administrado por diversas agências do governo norte-americano e de ter um caráter teoricamente mais humanitário e de assistência às populações locais, era majoritariamente comandado pelo Departamento de Defesa, o que levantava questões quanto à dimensão do envolvimento militar no projeto (COPSON, 2007).

Entretanto, as duas iniciativas por si só não eram suficientes para mobilizar o país a se engajar na região da mesma forma como fazia no Oriente Médio. Tendo em vista a necessidade de mudar essa situação, os Estados Unidos iniciaram a chamada 'Guerra de Informação', divulgando, através da mídia internacional, incidentes relacionados com a suposta ameaça terrorista na região do Saara. A partir de 2006, então, pequenos incidentes no Mali e na Argélia, aparentemente separados, deram espaço para o clamor norte-americano da necessidade de se envolver mais profundamente no continente africano. Os eventos foram todos conectados em uma grande teoria da conspiração e em uma única narrativa que apontavam para a crescente ameaça que a *Al-Qaeda* do Maghreb Islâmico (AQIM) representava para a Europa, o Sahel e outras partes da África (KEENAN, 2013).

Juntamente à GWOT e com objetivo similar de justificar uma postura invasiva no continente africano, a Administração Bush foi responsável pela nova Política Nacional de Energia, lançada em 2001. Em termos gerais, a nova política buscava diversificar as fontes de recursos energéticos das quais os EUA dependiam a fim de se desvincular aos poucos da sujeição ao petróleo do Oriente Médio. A crescente instabilidade daquela região, em parte provocada pelos próprios norte-americanos, ameaçava seriamente sua segurança energética. A saída encontrada era alterar o foco de sua geopolítica de energia para a África, tentando assegurar para si o controle de uma parcela das jazidas de petróleo da Costa Oeste do continente (KLARE; VOLMAN, 2006).

Marco dessa nova geopolítica energética foi o Relatório Cheney, do então Vice-Presidente Dick Cheney, que evidenciava formalmente a importância do petróleo africano para a estratégia estadunidense. O relatório se mostrava praticamente como um manifesto para a conquista das regiões ricas em petróleo do continente pelas multinacionais de energia no século

XXI. Mais especificamente, a região do Golfo da Guiné foi apontada pelo Assistente de Secretário de Estado para a África, Walter Kansteiner, como uma área estratégica vital para os interesses norte-americanos, e os seus recursos, principalmente o petróleo, constituíam uma prioridade para os Estados Unidos após o 11 de Setembro (SMITH, 2013). O relatório ainda enfatizava a dependência que os EUA teriam frente ao petróleo africano no futuro, que já em 2007 superava as importações vindas do Golfo Pérsico. As estimativas apontavam que 25% das importações totais de petróleo dos EUA teriam origem no Golfo da Guiné no ano de 2015 (KEENAN, 2013).

Uma das maiores preocupações apresentadas após a formulação do Relatório Cheney era quanto à situação econômica da região na qual se exploraria o petróleo, dado o histórico de corrupção e desrespeito ao Estado de Direito. As medidas tomadas nesse sentido focaram-se inicialmente apenas na promoção de um ambiente propício ao investimento estrangeiro das multinacionais petrolíferas, através da diplomacia e de acordos bilaterais que permitissem o aprimoramento do setor energético em países como Nigéria, Angola e Congo (KLARE E VOLMAN, 2006). No entanto, à luz da necessidade vital de garantir a sua segurança energética frente às ameaças representadas pelas potências emergentes, os Estados Unidos de George Bush acabam reconhecendo a indispensabilidade de assegurar seus interesses no continente através do uso de seu poder militar.

A partir daí, começam a se concretizar medidas para manejo da região focadas no controle, monitoramento e prevenção contra conflitos armados e na manutenção da paz. Nesse contexto, Bush resolve lançar o país em uma campanha de militarização do continente que, apesar de ter claramente objetivo de comando sobre recursos, fundamentava-se na GWOT (KEENAN, 2013). Prelúdio para a expansão da presença militar dos EUA na África se configura, então, através da reativação de sua IV Frota Naval no Atlântico Sul, em julho de 2008. A IV Frota, responsável pela segurança da parcela sul do Atlântico, evidencia a estratégia desenvolvida pelo país no sentido de controlar as rotas marítimas desse espaço oceânico e ser capaz de projetar sua força nos dois continentes que o circundam. Meses depois, em outubro de 2008, foi criado o Comando dos Estados Unidos para a África, institucionalizando de fato a militarização do continente (HÖRING; WEBER; CLOSS, 2014).

A CRIAÇÃO DO AFRICOM: SUA LÓGICA E SUAS CONTRADIÇÕES

O Comando dos Estados Unidos para a África, conhecido como o AFRICOM, é um comando militar criado durante o governo de George W. Bush para a defesa dos interesses norte-americanos no continente. Após um planejamento de aproximadamente dez anos, a iniciativa foi anunciada publicamente em 2007 e entrou em exercício no ano de 2008. Anteriormente, os assuntos de defesa relacionados ao continente africano ficavam a cargo de outros três comandos em separado: o Norte, Oeste, Centro e Sul do continente eram responsabilidade do EUROCOM, o comando da Europa; o chifre da África ficava sob a responsabilidade do CENTCOM, o comando do Oriente Médio; e as ilhas do Índico e Madagascar ficavam sob o controle do PACOM, o comando do Pacífico. Com a iniciativa, o governo passa a ter um “comando unificado combatente” para lidar com os problemas, cada vez mais relevantes, que ameaçam a segurança dos Estados Unidos na África (HANSON; U.S. AFRICA COMMAND, 2007).

A proposta básica do AFRICOM é ampliar os esforços estadunidenses na busca pela paz e segurança das populações africanas, objetivando também o avanço dos interesses de segurança nacional na África, através de engajamentos sustentáveis e atividades militares conjuntas com tropas locais. Dessa forma, através da cooperação e assistência que o comando busca dar aos Estados africanos, seria possível assegurar indiretamente a supressão das ameaças locais, como grupos militares não estatais, associações políticas antidemocráticas e ameaças transnacionais (U.S. STATE DEPARTMENT, 2015). Em suma, como afirmam oficiais do Pentágono, o AFRICOM se propõe a ser um Comando interagência do governo norte-americano, com funções tanto civis quanto militares, que “previne problemas de se tornarem crises, e crises de se tornarem conflitos” (HANSON; U.S. AFRICA COMMAND, 2007).

Nesse sentido, a lógica do AFRICOM se configura através de programas de cooperação securitária, operações de paz e exercícios militares conjuntos. Em cooperação securitária, destaca-se o programa de Treinamento e Assistência aos Contingentes Operacionais Africanos, conhecido como ACOTA, que visa aperfeiçoar as capacidades militares africanas provendo mentores, treinadores e conselheiros táticos e estratégicos.

Quanto à realização de exercícios militares conjuntos com as forças armadas locais, destaca-se o Exercício *Flintlock* que ocorre anualmente com os países da Iniciativa Trans-Saara de Combate ao Terrorismo no Norte e Oeste africanos e é voltado para o incremento das habilidades nacionais no combate às ameaças transnacionais na região do Saara-Sahel (U.S. STATE DEPARTMENT, 2015).

Oficialmente, portanto, os Estados Unidos negam quaisquer tentativas de estabelecer sua presença permanente no continente através do AFRICOM. Em 2008, após países como Nigéria, Marrocos e até todos os pertencentes à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral negarem a possibilidade de serem sedes para a base oficial do AFRICOM, George W. Bush declarou que não buscava estabelecer novas bases militares na África. Em função disso, a alternativa ao Comando foi a de trabalhar com os chamados *Forward Operating Sites* (FOS), instalações que dão suporte a operações, mas com pequena presença permanente de tropas e funcionamento rotativo, e as *Cooperative Security Locations* (CSL), instalações do próprio país sede com pouca ou nenhuma presença militar permanente, mas com equipamentos e arranjos logísticos para operações de segurança (GLOBAL SECURITY, 2015).

O discurso, no entanto, difere em muitos aspectos da prática real, e são evidentes as contradições na política externa norte-americana para a África. Em função disso, líderes governamentais africanos veem com certa descrença a iniciativa do AFRICOM e a sua proposta de ser uma via de ação mais humanitária das forças armadas norte-americanas, como afirma Gerrie Swart, professor de Ciência Política na Universidade da África do Sul. Já Ezekiel Pajibo, antigo líder do Centro de Empoderamento Democrático da Libéria, afirma que isso se configura como mais uma iniciativa dos Estados Unidos no sentido de formar uma “nova frente” de combate ao terrorismo e, assim, suprimir suas necessidades de fornecimento de petróleo, ao mesmo tempo em que neutraliza a crescente influência chinesa (GLOBAL SECURITY, 2015).

A proposta de “segurança e desenvolvimento” da estratégia dos EUA, na verdade, não se concretizou nos anos seguintes à formação do Comando. Pelo contrário, desde que começaram a se delinear as medidas de combate ao terrorismo no Sahel, em 2003, a presença norte-americana na região tem sido diretamente responsável por severa escassez econômica, perturbações

políticas, rebeliões e crimes contra populações civis. Nas suas duas grandes operações de combate ao terrorismo na África, na Somália e no Sahel, as forças armadas estadunidenses, como nota Catherine Besteman, orquestraram ataques brutais a populações locais, deram suporte a governos impopulares e mais fomentaram do que de fato reduziram a ameaça apresentada pela Al-Qaeda (KEENAN, 2013).

Em suma, a principal contradição se apresenta nessa retórica de construção de capacidades estatais e segurança para promoção da autonomia dos países do continente e de promoção do seu desenvolvimento socioeconômico. Na verdade, o AFRICOM se configura como a cristalização de uma estrutura, embasada na Guerra Global ao Terror, de inserção militar estadunidense, principalmente no Oeste africano. Prova disso se encontra na ascensão do próprio grupo AQIM, anteriormente chamado de Grupo Salafista para Pregação e Combate, que logo após a criação do AFRICOM recebeu o *status* de braço da Al-Qaeda legitimando, dessa forma, a presença dos Estados Unidos. Assim, foi conseguida a instalação dos conselheiros e mentores estadunidenses nas forças armadas da região, permitindo a penetração do comando nos centros de decisão de alguns países do Sahel e tornando-os clientes ou *proxys* dos Estados Unidos, em condição de evidente dependência (DRAISTER, 2012).

Dessa forma, parece confirmar-se que a estratégia dos Estados Unidos para a África visa unicamente à manutenção da segurança, principalmente energética, do país. Os interesses de “promoção de paz e estabilidade” esbarram na necessidade de assegurar seu controle sobre pontos vitais do continente, como o Oeste africano e o Golfo da Guiné. Nesse sentido, os EUA temem as ameaças chinesas de controle sobre esses pontos geoestratégicos, visto que Pequim se faz cada vez mais presente através de sua crescente expansão econômica e, mais recentemente, através do início de sua expansão militar no exterior.

O CONTRAPONTO CHINÊS NO CONTINENTE AFRICANO

Até aqui, com o desenvolvimento da pesquisa, tornou-se evidente o fato de que o continente africano tem se reinserido no contexto estratégico das grandes potências. Como mostra Vistentini (2013), nas Rela-

ções Internacionais Contemporâneas, a África aparece como objeto de nova disputa, tendo como protagonistas de tal processo as potências emergentes, ao invés das antigas metrópoles. É interessante notar, nesse sentido, que tal inserção estratégica dos países, ilustrada no caso chinês, passou praticamente despercebida dos europeus e norte-americanos até a crise de 2008. A partir daí, esses países partiram para uma ofensiva diplomática visando combater seus eficientes competidores que tornou a África uma zona pivô da grande política internacional.

Assim sendo, esta seção objetiva explicar a presença chinesa como um contraponto à histórica dominação ocidental sobre a política africana. Para tal, iniciamos abordando as relações sino-africanas sob uma perspectiva histórica a fim de compreender os seus desenvolvimentos atuais, além de tentarmos explicar as motivações que levaram ao crescimento da presença e da influência chinesa na África. Em sequência, busca-se frisar em que medida os esforços da China, tanto no âmbito político como no âmbito econômico, diferem da posição comumente adotada pelos EUA. Por fim, tenta-se concluir mostrando de que forma a China apresenta uma ameaça aos interesses norte-americanos na África, principalmente àqueles relacionados com a sua segurança energética e com o Golfo da Guiné, e como isso se relaciona com as duas seções estudadas anteriormente.

As relações sino-africanas com dimensão expressiva para o sistema internacional começaram a se constituir a partir da segunda metade do século XIX. De 1850 até 1950, estabeleceu-se um vínculo econômico entre as duas partes, baseado no comércio de *coolies*, os trabalhadores braçais forçados oriundos do continente asiático. A partir de 1950, com a formação da República Popular da China e no contexto da Guerra Fria, começaram a se criar os vínculos políticos entre as duas regiões. Essa relação torna-se evidente quando, em meio ao processo de descolonização do continente africano, organiza-se a Conferência de Bandung, dando início à chamada “Cooperação Sul-Sul”. Entretanto, com o governo de Deng Xiaoping, nos anos 1980, há uma pequena retração da política africana chinesa em função das reformas internas e da busca pelo desenvolvimento econômico do país, forçando a África a voltar-se aos interesses econômicos dos países do Norte (ADISU; SHARKEY; OKOROAFU, 2010).

A partir de 1990, com o fim da autossuficiência petrolífera chinesa, o país passou a buscar petróleo em mercados onde os Estados Unidos ainda não estivessem presentes. Dessa forma, a China expandiu sua presença no continente africano, impulsionando as relações sino-africanas. Isso se concretiza através do incremento de comércio e investimentos no continente, com os *joint ventures* e com o Fórum de Cooperação China África (FOCAC), criado em 2000, e com o aumento da complexidade e abrangência das relações de cooperação na arena político-diplomática, ilustrado pelas viagens do alto escalão político chinês (VISENTINI, 2013).

Assim, as motivações chinesas que impelem Pequim a expandir seu interesse estratégico na África podem ser sintetizadas em: o interesse político de incrementar a projeção diplomática do país em órgãos multilaterais no sistema internacional; o desejo de vincular o continente africano, um mercado consumidor em pleno crescimento, às dinâmicas de comércio e investimento da China; a necessidade de ter acesso a fontes de petróleo e outros recursos naturais, para dar continuidade ao processo de crescimento econômico e industrial dos últimos anos.

Visentini (2013) ilustra de forma clara um dos motivos do impulso chinês para a África, qual seja o caráter de parceria estratégica que os países do continente representam para a China, não somente por razões conjunturais, mas também estruturais. Para ela, Estados-clientes sem importância econômica ou política pouco contribuem para a sua estratégia de realinhamento da balança de poder. O continente africano, representando aproximadamente 25% dos países do planeta tem, portanto, um peso político muito importante. Isso porque a África representa, para Pequim, uma oportunidade especial para aumentar sua credibilidade em organizações internacionais e ampliar sua força diplomática, promovendo a ideia do país como um polo alternativo na política mundial e viabilizando a construção de uma ordem multipolar.

Em outro sentido, o comércio e investimento chineses representam parte importante da parceria, uma vez que cobrem uma vasta gama de setores, como infraestrutura, educação, informação e tecnologia, e se espalham por praticamente todo o continente, não somente em países abundantes em recursos naturais. Em termos de investimento, grande parte dos Investimentos Estrangeiros Diretos (FDI) do país toma como rumo as companhias de manufaturados, de constru-

ção e de finanças, possibilitando um crescimento inédito aos países africanos. Em termos de comércio, a China é responsável pela exportação de produtos manufaturados de baixo valor agregado para o mercado africano. Apesar das críticas direcionadas ao padrão de comércio entre Pequim e o continente, alegando que a China estaria competindo e desbancando os produtos africanos no mercado internacional, análises mais aprofundadas mostram que existe uma baixa taxa de sobreposição dos bens produzidos pelos dois, excetuando-se no setor têxtil. Pelo contrário, parece que as exportações chinesas têm se concentrado em setores que o continente já necessitava de importações, permitindo que a África agora tenha acesso a bens muito mais baratos do que os fornecidos pelos países do Norte (JAFRANI, 2012).

É inegável, no entanto, o fato de que a China precisa do continente africano como fornecedor de matérias primas e recursos naturais. Nesse sentido, muitas das parcerias estratégicas que a China vem estabelecendo nos últimos anos têm envolvido países ricos em petróleo, como Angola, Sudão Nigéria e Gabão. Angola, por exemplo, configura-se como o maior fornecedor de petróleo para Pequim, ultrapassando a Arábia Saudita nos anos 2000. Por outro lado, Nigéria mantém as potências Ocidentais como seus principais parceiros econômicos, apesar de contar com algumas empresas chinesas que atuam no setor. As reservas da África Subsaariana, em 2007, chegavam à marca de 117 bilhões de barris, representando quase 5% das reservas mundiais (VISENTINI, 2013).

A Nigéria tem importância vital por ser, atualmente, o maior produtor de petróleo do continente africano, com reservas de aproximadamente 36,2 bilhões de barris e produção diária de aproximadamente 2,2 milhões. As relações sino-nigerianas tornaram-se significativas ao longo do governo de Olusegun Obasanjo, de 1999 até 2007, após a criação do FOCAC, quando presidente nigeriano adotou uma política econômica baseada na chamada troca de “Petróleo por Infraestrutura”. Dessa forma, Pequim conseguiu firmar diversos contratos nos quais, comprometendo-se com o fornecimento de grandes projetos de infraestrutura, receberia em troca acesso a blocos de petróleo nigerianos. O sucessor de Obasanjo, Umaru Yar-Adua, desacelerou esse processo de troca entre os dois países, mas acabou não o abandonando. Dessa forma, até 2008, a China já havia implantado mais de 30 empresas ou *joint*

ventures em território nigeriano. Em 2009, a Sinopec (companhia petrolífera chinesa) comprou a canadense Addax, ampliando sua presença no setor e, em 2010, a China anunciou que investiria mais US\$ 23 bilhões em refinarias no país (CAMPBELL, 2010).

O petróleo no Golfo da Guiné tem uma importância estratégica vital para a segurança energética tanto das potências emergentes, quanto das potências tradicionais. O petróleo da região, além de ser de alta qualidade e de fácil refino, está localizado em grande parte *offshore*. Isso significa que, ao contrário do petróleo normalmente encontrado no Oriente Médio, esse apresenta custos de transporte reduzidos e não está tão suscetível aos riscos de violência política interna (HANSON; VYING FOR WEST AFRICA'S OIL, 2007). Como o Relatório Cheney de fato apontava, o acesso ao petróleo do Golfo da Guiné é imprescindível para os interesses norte-americanos.

Os investimentos chineses na África, no setor petrolífero, de comércio e de infraestrutura, somados à emergente cooperação política Sul-Sul têm se mostrado, portanto, como um real contraponto à histórica influência ocidental no continente. Cabe destacar, portanto, o que faz com que a China seja um parceiro tão atrativo para os países em pleno crescimento da África. Os princípios básicos da política chinesa para a África - o respeito à soberania e a não intervenção em assuntos internos - presentes em todos os âmbitos das relações sino-africanas, são muito bem-vistos pelos políticos do continente. Dessa forma, Pequim acaba por degradar as bases sociais e históricas sob as quais os países ocidentais perpetuam a sua dominação (VISENTINI, 2013).

O que torna a China um parceiro desejado por muitos países do continente africano é justamente a sua participação em termos econômicos e políticos, sem interferência na soberania dos países da África. Enquanto por um lado, o Ocidente e o seu modelo de economia internacional baseado no chamado “Consenso de Washington” impõe condicionantes aos regimes nacionais para o estabelecimento de parcerias, o chamado “Consenso de Pequim” opta por parcerias sem contrapartidas pré-estabelecidas. Além disso, os próprios empréstimos chineses são, muitas vezes, realizados sem cobrança de taxas de juros abusivas e possibilitam o pagamento em recursos naturais ou matérias primas, diferente do que normalmente ocorre com a ajuda financeira proveniente do FMI e do Banco Mundial (ADISU; SHARKEY; OKOROAFU, 2010).

No que diz respeito à política, os chineses optam pela não intervenção e pelo respeito à soberania. Isso visivelmente distingue-se da política posta em prática por alguns países Ocidentais, como Estados Unidos e França. A título de exemplo, tem-se a estrutura francesa conhecida como *Françafrique*, uma espécie de dominação neocolonial com suas ex-colônias que influencia de forma sensível nas estruturas de governo de alguns países da África. Por outro lado, a China tem sido acusada de cooperar com chamados “Estados delinquentes”, que apresentam histórico de desrespeito à ordem legal e características antidemocráticas (VISENTINI, 2013). Isso claramente se encaixa em um contexto no qual a China, como alternativa nas relações internacionais de muitos países africanos, ataca, de forma direta ou indireta, as estruturas de dominação das potências tradicionais.

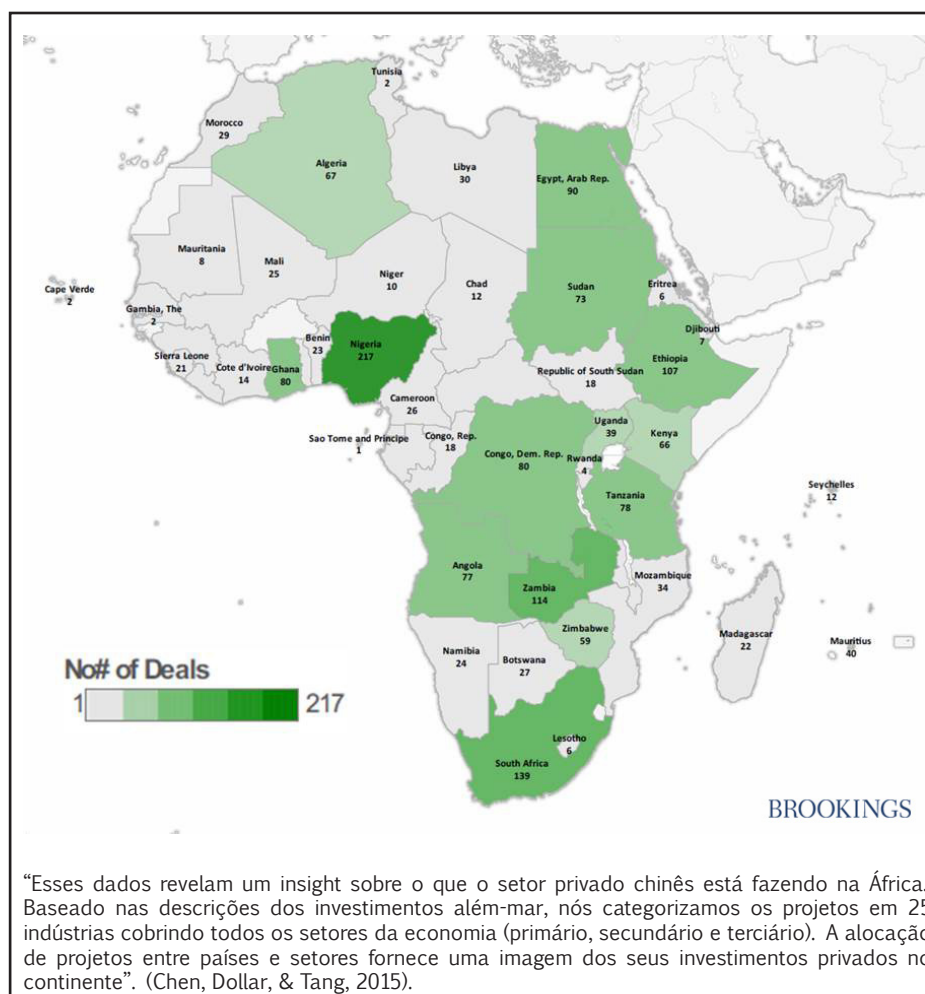
CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, o período atual pode ser caracterizado por uma nova “corrida” pela África, na qual países com capacidades econômicas e militares extraordinárias disputam pela proeminência política no cenário africano. Como aponta Southall (2010), essa situação congrega fatores que apontam para uma sistematização da exploração da África e de seus recursos naturais. Diferente da antiga corrida Imperialista das Grandes Potências Europeias, no entanto, a presente situação tenta encontrar legitimidade, tanto nas relações Norte-Sul como nas relações Sul-Sul, em atitudes benevolentes que podem “salvar” os Estados africanos e seu sistema de relações internacionais.

É nesse contexto que se insere o choque de interesses estadunidenses e chineses na África. O Imperialismo tradicional, agora amplamente condenado, deu lugar a relações de dominação informais, ilustradas pela própria estrutura de controle por esferas de influência, embasada na dominação sobre os centros de decisão política nacionais. Daí a lógica de funcionamento do AFRICOM, que se propõe a sustentar o desenvolvimento autônomo dos Estados africanos, mas transforma-os em proxys a fim alcançar objetivos políticos específicos sem os custos de um engajamento direto. Partindo de uma situação de claro desgaste das tradicionais relações econômicas entre o Ocidente e a África, o Comando Militar Unificado para a África se insere perfeitamente como uma resposta afirmativa à preferência dos governos africanos a estabelecerem parcerias estratégicas com a República Popular da China.

Nesse sentido, a pesquisa logrou cumprir com alguns de seus objetivos pontuais. No caso dos ímpetus que levaram a uma inflexão de sua política externa e de seguran-

FIGURA 1



ça dos Estados Unidos no sentido da África, percebe-se que fatores conjunturais como a alteração nas dinâmicas de fornecimento de energia e o início da consolidação das chamadas potências emergentes foram essenciais nesse sentido. Confirma-se, portanto, a hipótese de que a questão das fontes energéticas, desdobrada nos riscos de ter o acesso dos Estados Unidos negado, foi o fator majoritariamente responsável pela criação do AFRICOM. No que diz respeito à explicação dos mecanismos de funcionamento e do caráter contraditório do Comando, concluiu-se que, a despeito da retórica benevolente e cooperativa proposta pelos EUA, trata-se de mais uma tentativa de garantir a segurança energética do país por meio de atividades militares. Ambos os fatores analisados são, na verdade, faces da estratégia de engajamento indireto dos EUA no continente.

Por fim, tratando-se da política chinesa para a África, nota-se que há sim um interesse estratégico no fornecimento de matérias primas e, principalmente, petróleo. No entanto, o diferencial das relações com a China tem cada vez mais atraído os países africanos para a sua esfera de influência. A desconfiança sobre as potências tradicionais, somada ao caráter de longo-prazo das políticas chinesas, põe em xeque os laços econômicos do ocidente. Resulta que a China, também em busca de seus interesses nacionais, representa, ao mesmo tempo, uma alternativa aos países africanos e uma ameaça aos interesses ocidentais.

A despeito do tradicional caráter econômico das relações entre Beijing e o continente africano, os últimos anos têm posto em evidência uma outra face do engajamento chinês no continente. Desde o esmorecimento da estratégia conhecida como *Hide your light*, os chineses têm optado por uma posição de maior proatividade militar no exterior. No entanto, em função do seu caráter de potência emergente e da sua falta de prestígio enquanto superpotência capaz de estabilizar conflitos, Beijing tem utilizado das Missões de Paz das Nações Unidas, a exemplo de Tóquio, para mostrar-se como um ator presente no processo de governança global e um “interveniente responsável” nas relações internacionais (PICKRELL, 2015).

Ainda mais recentemente, o governo chinês parece estar inclinando-se a iniciativas de engajamento direto no continente africano. Com a aquisição de seu primeiro porta-aviões e o objetivo de atuar fora dos mares próximos, a China anunciou em 2015 que se encontrava em processo de negociação a construção

de um “Campo Naval” em um porto no Djibuti. Essa seria a primeira base chinesa ultramarina, criada com o intuito de dar apoio logístico para a Marinha chinesa, e localizada em uma região extremamente estratégica, ao lado da única base oficial norte-americana na África e com acesso rápido ao Mar Vermelho e ao Oceano Índico (SPUTNIK, 2015). Além disso, em dezembro de 2015, o governo Chinês aprovou a sua nova lei antiterrorismo, que dá margem para a atuação das forças armadas chinesas no exterior e para a atuação mais profunda dos sistemas de inteligências do país (ISAPE, 2016).

Desde a internacionalização da economia chinesa, tornou-se cada vez mais necessária a proteção de seus interesses além-mar. Parece existir um interesse vital em Pequim, assim como há em Washington, em assegurar a sua presença em regiões economicamente promissoras da África. Assim, essas iniciativas de engajamento militar direto e indireto apontam para um caminho lógico da política externa chinesa para o continente: após a consolidação de parcerias econômicas na Nigéria, Sudão, Egito e Etiópia, a presença militar da China na região do Saara-Sahel e do Chifre da África parece inevitável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADISU, K., SHARKEY, T., & OKOROAFO, S. C. (Setembro de 2010). **The Impact of Chinese Investment in Africa**. *International Journal of Business and Management*, V(9), 3-9.

CAMPBELL, J. (2010). **Who's in Charge: China, or Nigeria?** Acesso em Outubro de 2015, disponível em Global Post: <http://www.globalpost.com/dispatch/worldview/100604/nigeria-oil-china>.

CHEN, W., DOLLAR, D., & TANG, H. (2015). **How Similar is Chinese Investment in Africa to the West's?** Acesso em Outubro de 2015, disponível em Brookings Institution: <http://www.brookings.edu/blogs/order-from-chaos/posts/2015/08/18-chinese-investment-africa-chen-dollar-tang>.

COPSON, R. (2007). **The United States in Africa: Bush Policy and Beyond**. Nova Iorque: Zedd Books.

DRAISTER, E. (2012). **Mali, Al-Qaeda and the U.S. Neo-Colonial Agenda**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em Global Research: <http://www>.

globalresearch.ca/mali-al-qaeda-and-the-us-neo-colonial-agenda/31918.

GLOBAL SECURITY. (2015). **American Military Bases in Africa**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em Global Security: <http://www.globalsecurity.org/military/facility/africom.htm>

HANSON, S. (2007). **U.S. Africa Command**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em Council on Foreign Relations: <http://www.cfr.org/africa-sub-saharan/us-africa-command-africom/p13255>

HANSON, S. (2007). **Vying for West Africa's Oil**. Acesso em Outubro de 2015, disponível em Council on Foreign Relations: <http://www.cfr.org/angola/vying-west-africas-oil/p13281>

HÖRING, J. d., Weber, L., & Closs, M. B. (2014). **A presença de potências extrarregionais como ameaça à manutenção da Zona de Paz e Cooperação**. UFR-GSMUN, pp. 479-530.

ISAPE. (5 de Janeiro de 2016). **China aprova nova lei antiterrorismo**. Acesso em 22 de Janeiro de 2016, disponível em <https://isape.wordpress.com/2016/01/05/china-aprova-nova-lei-antiterrorismo/>

JAFRANI, N. (2012). **China's Growing Role in Africa: Myths and Facts**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em Carnegie Endowment for International Peace: <http://carnegieendowment.org/ieeb/2012/02/09/china-s-growing-role-in-africa-myths-and-facts/9j5q>

KEENAN, J. (2013). **The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa**. Nova Iorque: Pluto Press.

KLARE, M., & Volman, D. (2006). **The African 'Oil-Rush' and U.S. National Security**. *Third World Quarterly*, pp. 609-628.

MEARSHEIMER, J. J. (Fevereiro de 2011). **Imperial by Design**. *National Interest*(111), 16-34.

PICKRELL, R. (15 de Outubro de 2015). **China: Projecting Power Through Peacekeeping**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em <http://thediplomat.com/2015/10/china-projecting-power-through-peacekeeping/>

SMITH, M. S. (2013). **Securing Africa: Post 9/11 Discourses on Terrorism**. Ashgate Publishing.

SOUTHALL, R. (2010). **Scrambling for Africa? Continuities and Discontinuities with Formal Imperialism**. In: R. Southall, & M. Henning, **A New Scramble for Africa?** (pp. 1-34). Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press.

SPUTNIK. (27 de Novembro de 2015). **China construirá sua 1 base naval ultramarina perto de base dos EUA no Djibouti**. Acesso em Janeiro de 2016, disponível em <http://br.sputniknews.com/mundo/20151127/2900669/china-base-baval-ultramarina-eua-djibouti.html>

U.S. STATE DEPARTMENT. (2015). **AFRICOM: What We Do**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em United States Africa Command: <http://www.africom.mil/what-we-do>

VISENTINI, P. G. (2013). **A África e as Potências Emergentes: Nova Partilha ou Cooperação Sul Sul?** (1ª ed.). Porto Alegre: Leitura XXI.